

**Registo** | E-CEAEPRR/2025/1 | 16/12/2024

**Votação** | 30/01/2025

**Resultado** | Aprovado por unanimidade

**Favor** | PSD, PS, CH, IL

**Ausências** | BE, PCP, L, CDS-PP, PAN

Ex.<sup>ma</sup> Senhora Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento da Execução do PRR e PT2030 de Economia

Deputada Dulcineia Catarina Moura

**Assunto:** Requerimento para Audição Urgente do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Senhor Dr. Manuel Castro Almeida, no âmbito dos danos causados pelas falhas do IAPMEI nos prazos de pagamentos do PRR e no âmbito dos pedidos de devolução de fundos europeus a 530 empresas.

Ex.<sup>ma</sup> Sra. Presidente,

Tendo em conta que a finalidade primordial do PRR, e dos fundo europeus no geral, passa por promover o desenvolvimento e crescimento económico sustentado, é impossível alcançar esses objetivos se é colocada em causa tanto a sustentabilidade financeira das nossas empresas como a confiança das mesmas na fiabilidade das instituições gestoras dos fundos e projetos.

Desta forma, é inaceitável termos falhas na execução do PRR pelo incumprimento da parte de agências governamentais. Mesmo assim, neste momento enfrentamos a realidade lamentável de empresas a ameaçarem sair do PRR pelos atrasos do IAPMEI no pagamento dos reembolsos <sup>1</sup> submetidos pelos copromotores das Agendas Mobilizadoras do PRR, onde várias empresas contrataram quadros especificamente para serem capazes de dar resposta a estas mesmas agendas.

Considerando que os atrasos já ultrapassam os cinco meses e estão a repercutir na capacidade das empresas de pagar salários e subsídios de Natal, e que esta mesma agência tem sido recorrentemente responsável por vários atrasos com consequências sérias, que

<sup>1</sup> [Empresas ameaçam sair do PRR por atrasos do IAPMEI - Empresas - Jornal de Negócios](#)

afetam diretamente as empresas e funcionários, acreditamos ser inquestionável a urgência em ouvir o Ministro da tutela sobre tais problemáticas.

Esta urgência estende-se, também, à necessidade de serem necessários esclarecimentos sobre os pedidos que foram feitos a 530 empresas para devolução de fundos europeus no valor total de 4,6 milhões de euros <sup>2</sup>, colocando em causa a sustentabilidade financeira destas mesmas. Não é aceitável que a enorme carga burocrática e falhas processuais causem uma inversão entre o propósito e o resultados da aplicação dos fundos europeus, penalizando ao invés de incentivar àqueles que querem contribuir para a economia portuguesa.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, requerer a audição urgente do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial.

Palácio de S. Bento, 13 de Dezembro de 2024

O Coordenador do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Eduardo Teixeira

---

2

<https://www.iornaldenegocios.pt/economia/fundos-comunitarios/detalhe/530-pme-obrigadas-a-devolver-46-milhoes-de-fundos-europeus>